



Evento	Salão UFRGS 2014: SIC - XXVI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2014
Local	Porto Alegre
Título	A gestão dos Institutos Federais e a Lei nº 11.892/08: A prática de gestão de uma nova institucionalidade
Autor	JULIAN SILVEIRA DIOGO DE ÁVILA FONTOURA
Orientador	JOSIANE CAROLINA SOARES RAMOS DO AMARAL
Instituição	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul- Câmpus Porto Alegre

A Lei nº 11.892/08 ao ser implantada teve um impacto imediato no que diz respeito à concepção da formação técnica e tecnológica no Brasil, instituindo a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no entanto, um dos principais aspectos trazidos pela lei foi a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's). Esta nova institucionalidade tornou-se responsável por agregar ciência, trabalho e tecnologia na construção de cidadãos emancipados e conscientes de seu papel na sociedade, fazendo desta instituição um foco para a política pública de transformação social através da educação, impulsionando-a para um novo patamar em relação a sua função social, principalmente no que diz respeito ao mundo do trabalho. Os IF's apresentam uma estrutura diferenciada, já vez que foram criadas a partir de estruturas já existentes de instituições de ensino profissional já consolidadas no país (como alguns Centros Federais de Educação Tecnológicas – CEFET's, Escolas Agrotécnicas e Escolas Vinculadas às Universidades Federais). O projeto de pesquisa *“A Prática de Gestão Educacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Desvelando os Desdobramentos da Política de Expansão da Rede Federal de Educação Básica, Profissional e Tecnológica”*, propõe analisar os desdobramentos da política de expansão da Rede Federal de Educação Básica, Profissional e Tecnológica e as práticas de gestão educacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a partir de um estudo descritivo e comparativo, com abordagem qualitativa. Para isso pretende-se identificar as práticas de gestão educacional desenvolvidas no interior destas instituições e as influências teóricas destas práticas de gestão educacional vivenciadas em seu interior, considerado aspectos preconizados pela lei nº 11.892/08. Buscando responder essas questões, a pesquisa considerará a análise de fatos primários - análise da legislação vigente que orienta a organização destas instituições, bem como de fatos secundários - entrevistas semiestruturadas e questionários aplicados com gestores, docentes e discentes. Utilizamo-nos também das contribuições da *policy cycle approach* ou *“abordagem do ciclo de políticas”* para a organização dos dados da pesquisa. Esta abordagem propõe um modelo analítico que abrange três contextos distintos nas políticas educacionais: o Contexto de Influência, o Contexto da Produção de Texto e o Contexto da Prática. Em nesse momento da investigação iremos no ater ao Contexto da Prática, que é o momento onde a política está sujeita à interpretação e recriação, produzindo efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original. A questão colocada neste contexto não se restringe apenas a implementação prática das políticas, mas sim a forma que esta é vista, interpretada e muitas vezes ressignificada a partir do entendimento dos atores sociais envolvidos no processo. Com os dados apurados até o momento é possível criar um perfil dos gestores dos Institutos Federais e, numa análise preliminar, suas práticas de gestão que se vem contraditórias, considerando o disposto na Lei 11.892/08. O texto legal destaca que dentre as funções dessas instituições está à promoção da justiça social, focando no desenvolvimento local e regional, estabelecendo uma interlocução permanente com setores difusores da tecnologia colaborando significativamente com áreas estratégicas para o desenvolvimento do país.